

**OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO MARCO
TEÓRICO DAS POLÍTICAS INTERSETORIAIS: AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS
NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

NATÁLIA CAROLINA ABREU SILVA SOUZA
USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUDIA SOUZA PASSADOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO MARCO TEÓRICO DAS POLÍTICAS INTERSETORIAIS: AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

A instauração da Agenda 2030 da ONU e o significativo número de países signatários pode ser tido como um marco para a institucionalização de políticas intersetoriais e estudos vinculados. Este trabalho busca analisar a produção científica recente sobre políticas públicas intersetoriais, pós-Agenda 2030 e identificar variáveis e tendências recorrentes para, ao final, sintetizar os achados e avançar o conhecimento sobre o cenário da pesquisa na área sob o impacto da Agenda 2030. Portanto, a pesquisa tem por objetivo geral sumarizar as principais tendências encontradas na produção científica com a temática de políticas públicas intersetoriais em artigos publicados após a instauração da agenda 2030 da ONU. As diferenciações entre intersectorialidade e transversalidade definem a discussão de alguns trabalhos de referência, encontrando seu ponto de separação nos fatores de políticas de raça e gênero, cujo os trabalhos com conceitos de transversalidade mais são vinculados. O uso do termo intersectorialidade para caracterizar um modelo de cooperação de planejamento e implementação de política pública tem predominância em estudos com autores da América do Sul, especialmente do Brasil. As principais tendências temáticas dos estudos encontrados são em políticas públicas intersetoriais em saúde. As análises de casos de implementação de programas e projetos contribuem com resultados que exploram a avaliação interna da atuação de agentes de políticas de diversos níveis. Os estudos encontrados demonstram a lacuna de pesquisa em políticas públicas intersetoriais que incluam a temática ambiental. Além disso, levantamentos iniciais e outros trabalhos identificaram a área da saúde como mais inclinada ao uso do termo de políticas públicas intersetoriais, bem como, na identificação de grande volume de trabalhos sobre esta linha de pesquisa.

O trabalho abre perspectivas para a realização de trabalhos de políticas públicas baseadas em esforços do cumprimento dos objetivos da Agenda 2030, haja vista a existência de programas e projetos que criam caminhos institucionais de atender compromissos parecidos com os ODS, mas que ainda não firmaram vínculo institucional com a iniciativa global.

Palavras-chave: políticas públicas, intersectorialidade, ODS.

1. INTRODUÇÃO

O contexto de implementação das políticas públicas é costumeiramente marcado por cenários de atuação e problemas com soluções complexas, tendo em vista a diversidade de variáveis que caracterizam o contexto das problemáticas sociais nos territórios rurais e urbanos a serem analisados no processo de formulação de políticas públicas. No que se refere ao processo histórico de evolução das políticas públicas intersetoriais, isto é, as políticas públicas que envolvem mais de um setor dentro do poder público ou agenda social, é observado que nos últimos anos, esse formato de política alcançou reconhecimento a partir da inclusão de marcos regulatórios, normativos e políticos para a sua implantação na agenda do Estado.

Com a introdução dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os países signatários contam com um impulsionamento crescente para a adoção de políticas caracterizadas pela cooperação, conforme uma lógica de formulação de política pública com propostas de promoção de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas oriundas desde o período próximo à virada do milênio. Tal abordagem, como propõe Inojosa (1998), implica uma

reorganização das estruturas estatais, permitindo que as secretarias articulem esforços além de suas atribuições tradicionais, considerando as necessidades regionais e o controle social.

Em vista dos esforços de diversos agentes para a convergência da intersetorialidade, políticas públicas e os ODS, este estudo tem como principal objetivo analisar a produção científica e teórica recente sobre políticas públicas intersetoriais, focando especificamente nos trabalhos publicados após a promulgação da Agenda 2030 e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, buscaremos identificar as variáveis e tendências mais recorrentes presentes nesses estudos. Ao final, sintetizamos os achados resultantes dessa análise bibliográfica, contribuindo assim para avançar o conhecimento sobre o atual cenário da produção científica na área de políticas públicas intersetoriais, sob a influência do marco estabelecido pela Agenda 2030.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Intersetorialidade e transversalidade

O conceito de intersetorialidade nos arranjos institucionais dos governos tem sido pauta de discussão há mais de duas décadas, com efeitos teóricos e práticos nas políticas públicas do Brasil.

Para Inojosa (1998), a intersetorialidade, no que diz respeito ao aspecto organizacional do Estado, quer “[...] propiciar a introdução de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas, na perspectiva situacional, de compartilhamento de informações e de permeabilização ao controle social.”

Junqueira (2004) argumenta que este é um processo que relaciona a prática de colaboração entre o Estado, enquanto representante máximo do poder público, e a sociedade. Sendo assim, as atividades em responsabilidade do Estado necessitam de intervenções profundas e práticas para a consumação da mudança no modelo de gestão pública voltado para a integração.

A discussão teórica entre transversalidade possui alguns expoentes, conforme o entendimento de alguns autores e até mesmo pela intervenção de anglicismos e neologismos nos estudos verificados, tal como o uso do termo “transversalidade” para traduzir “gender mainstreaming” ou o uso em programas de igualdade racial como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial instituído em 2013 como apontam Marcondes *et al.* (2018).

O trabalho das autoras ainda demonstra que o termo “transversalidade” é recorrente em iniciativas promovidas para garantia de direitos e políticas para grupos sociais específicos, como mulheres, negros(as) e indígenas, enquanto que a intersetorialidade, por sua vez, é enfatizada em ações nas quais já havia órgãos responsáveis pelo todo ou parte da política, mas para as quais o agir conjunto é necessário, como é o caso da saúde e assistência social (Marcondes *et al.*, 2018). Finalmente, a observação elaborada pelas autoras acerca do demasiado uso do termo “intersetorialidade” nos trabalhos na área da saúde promoveu contribuição significativa para a pesquisa, dado o suporte promovido nos resultados e discussões da pesquisa.

2.2. Políticas públicas intersetoriais e arranjos institucionais

As políticas públicas intersetoriais indiscutivelmente dependem de trabalho conjunto de setores internos dos governos e do apoio das empresas e organizações da sociedade civil. No que tange aos movimentos para a promoção de políticas públicas intersetoriais, Inojosa (1998) e Junqueira (2004) argumentaram as necessidades e as possibilidades que essa modalidade de política requer dos agentes.

A abertura para o processo de aprendizagem dos sujeitos que buscam implementar este tipo de política é considerada como fundamental por Junqueira (2004), haja vista que a formulação das políticas sob a perspectiva da intersetorialidade exerce uma lógica inovadora

para a administração municipal, dada a busca por melhoria dos processos de implementação de políticas setoriais que passam por histórico de fragmentação. Portanto, adotar a integração entre secretarias a fim de atender o cidadão na sua totalidade de demandas é uma das saídas apresentadas pelo autor.

Inojosa (1998) apresentou de forma adicional o fator territorial como incremento para experiências de políticas públicas que busquem atingir de forma mais ampla e integral seus objetivos de cobertura. O autor cita que a nova dinâmica deve considerar o planejamento territorial e as peculiaridades regionais e sociais a fim de privilegiar grupos em processo de exclusão social, público que é foco comum de diversas políticas.

Em relação ao processo de mudança dos arranjos institucionais dos governos para o atingimento de integração entre secretarias, alguns programas buscam o que se chama de integração horizontal (intersectorialidade) para atingir seus objetivos, o que na prática pode ocorrer de forma desorganizada e com pouco sucesso de integração, como apontado por Lotta e Favareto (2016) em algumas experiências brasileiras.

Os autores indicam que a intersectorialidade nos casos analisados pode ser realizada no processo de formulação das políticas, durante o processo de implementação ou em etapas mais a frente, como no monitoramento em conjunto de diferentes políticas públicas que estão vinculadas a um mesmo tema.

2.3. Políticas públicas intersectoriais e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Desde o lançamento da Agenda 2030 a Organização das Nações Unidas (ONU) tem demonstrado as potencialidades que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam para a colaboração, contribuição e apoio dos agentes privados, públicos e da sociedade em geral. A capacidade de conexões e o espaço para intersectorialidade nos 17 ODS já foi analisada e proposta no modelo a seguir de Waage *et al.* (2015).

Figura 1 - “Framework for examining interactions between Sustainable Development Goals”



Fonte: figura traduzida de Waage *et al.* (2015).

No que tange ao papel dos governos signatários da agenda que firmam o acordo e estabelecem compromissos, metas e cronogramas para o atingimento dos objetivos ao longo

dos anos, desde o lançamento da agenda existem previsões e recomendações no que cerne a capacidade de implementar a intersectorialidade no plano de governança dos países que fazem parte do acordo.

No documento oficial que inaugura os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é apresentado o Mecanismo de Facilitação Tecnológica (ONU, 2015, p.42), que é baseado em uma colaboração multissetorial entre Estados-membros, sociedade civil, setor privado, comunidade científica, entidades das Nações Unidas e outras partes interessadas, além de uma Equipe de Trabalho Interagencial das Nações Unidas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS. Criando assim, um Fórum Multissetorial colaborativo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS e uma plataforma online.

Outro documento significativo para os incentivos e recomendações que a ONU advoga é o *Global Environment Outlook*, painel lançado anualmente desde 2016 que informa as atualizações sobre as discussões. A edição 6 intitulada *GEO 6 - Summary for Policymakers* (2019) apresenta seu material inteiramente dedicado para estimular a capacidade dos agentes nas políticas em alcançar mudanças na abordagem dos desafios transversais (*cross-cutting*) do desenvolvimento sustentável global.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo é de natureza qualitativa, caracterizando-se como uma revisão sistemática da literatura. Esta modalidade de pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes de dados secundários, primordialmente publicações científicas periódicas (GIL, 2002). Devido à sua proposta de levantar variáveis e identificar tendências, a pesquisa assume, quanto aos objetivos, um caráter exploratório.

3.1. Revisão Sistemática de Literatura

A fim de identificar as variáveis, a técnica metodológica escolhida foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A RSL é comumente utilizada pelos pesquisadores a fim de obter respostas com maior confiabilidade por meio da aplicação de métodos explícitos e rígidos da avaliação dos trabalhos científicos levantados (Cochrane, 2023).

Os apontamentos que De-La-Torre-Ugarte-Guanilo *et al.* (2010) fazem acerca da revisão sistemática dentro da pesquisa qualitativa acabam por satisfazer a necessidade de resposta específica que a pergunta de pesquisa apresenta, dado que a “[...] a Revisão Sistemática difere da revisão tradicional, também conhecida como revisão narrativa da literatura, pois responde a uma pergunta mais pontual.” O caminho apresentado pelos autores foi considerado como base para as escolhas das técnicas de pesquisa gerais.

O planejamento do desenvolvimento da revisão sistemática deriva da adaptação de Estágios de Revisão Sistemática de Literatura de Tranfield *et al.* (2003). A escolha deu-se fundamentalmente pela contribuição metodológica que o modelo dos autores apresenta para a estruturação de uma abordagem totalmente baseada em evidências, buscando se aproximar de protocolos de avaliação dos estudos com maior nível de padronização, rigor e método científico. Esse alinhamento vai de encontro com a necessidade latente da administração pública em possuir processos de decisão de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas intersectoriais.

Tabela 1: Estágios da RSL

Etapa I - Planejamento da Revisão

Fase 1 - Identificação da Necessidade de uma revisão

Fase 2 - Preparação da proposta de uma revisão

Etapa II - Desenvolvimento da Revisão

Fase 3 - Identificação da pesquisa

Fase 4 - Seleção dos estudos

Fase 5 - Avaliação de qualidade dos estudos selecionados

Fase 6 - Extração de dados e monitoramento do processo

Fase 7 - Síntese de dados

Etapa III - Relatório e apresentação

Fase 8 - Relatório com os resultados encontrados e considerações finais

. Fonte: Tranfield *et al.* (2003)

Na fase 1, a identificação da necessidade de uma revisão ocorreu por meio da necessidade de informações acerca de experiências de políticas públicas intersetoriais e deu origem à pergunta de pesquisa. Na fase 2, a preparação da proposta foi viabilizada pelo projeto de pesquisa submetido e aprovado pela Comissão de Pesquisa. Durante a fase 3 a identificação da pesquisa ocorreu com o início das atividades do projeto por meio da revisão bibliográfica acerca dos conceitos de intersectorialidade, transversalidade, aplicação de políticas públicas intersetoriais e o papel do marco teórico dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na produção científica acerca das políticas públicas intersetoriais. Na fase 4, a seleção dos estudos foi antecedida pela coleta dos dados dos artigos nas bases de dados estabelecidas conforme o projeto. A escolha dos termos de pesquisa nas bases de dados utilizou termos e operadores booleanos: (“Políticas públicas” AND “intersetorial” OR “intersetoriais”) e considerando a flexão de idioma dos termos para o inglês (“*public policies*” AND “*intersectoriality*”). A ausência de termos como “ODS” ou “Agenda 2030” considera resultados de pesquisa com artigos abrangentes e, por conseguinte, que permitam que as análises individuais parametrizadas de cada artigo sugiram a presença ou ausência de variáveis relacionadas aos ODS.

Os parâmetros de busca de dados eram restritos a 4 bases de dados, a *Web of Science*, *Scopus*, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos CAPES. A seleção dos artigos compreendeu o período após a publicação da Agenda 2030, considerando exclusivamente trabalhos publicados entre 2016-2023. Além disso, as áreas de conhecimento filtradas foram Ciências Sociais, Artes e Humanidades, Administração e Política. Os critérios de inclusão abrangem artigos que tenham finalidade de pesquisa básica e de estudo de casos, de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória ou descritiva, bem como artigos que tenham aparente na pergunta de pesquisa as palavras-chave “políticas públicas” e “intersectorialidade”. Os critérios de exclusão abrangem artigos que não forem suficientes em demonstrar conceitos sobre políticas públicas e intersectorialidade ou publicados antes da Agenda 2030.

Após a pesquisa, a seleção dos artigos passou por 2 etapas. Conforme modelo de diagrama de fluxo PRISMA (Page *et al.*, 2021), na primeira etapa, foi realizada a identificação de estudos, remoção de artigos duplicados ou indisponíveis por alguma razão. Na segunda etapa, os artigos foram submetidos aos critérios de elegibilidade da tabela 2 e, por fim, os artigos restantes foram definidos para as avaliações do GRADE CERQual.

Para a elaboração do protocolo a ser aplicado nos estudos selecionados da revisão sistemática, o *GRADE CERQual* foi o protocolo de avaliação escolhido dada a perspectiva

que o modelo possui de síntese dos estudos baseada em evidências qualitativas. O *GRADE CERQual* tem como objetivo auxiliar a avaliação de estudos cuja natureza da pesquisa e das evidências científicas investigadas sejam qualitativas, logo, com resultados que possuem maior dificuldade de avaliação baseada em métodos que apenas resumem os achados da revisão. A síntese fornecida pelo modelo demonstra potencial para o aprofundamento dos resultados de mais de um estudo sobre uma temática. (Lewin *et al.*, 2018a)

Sua divisão de avaliação de confiança dos estudos coletados para a revisão está dividida em 4 componentes: as Limitações metodológicas, Coerência, Adequação dos dados e Relevância. As Limitações metodológicas se referem aos problemas potenciais na concepção e execução dos estudos primários que servem como base para as evidências de um achado específico (Lewin *et al.*, 2018a). Além disso, a Coerência desempenha um papel crucial, sendo definida por Lewin *et al.* (2018a) como a clareza e a força do encaixe entre os dados dos estudos originais e o achado de revisão que os sintetiza, enfatizando que "cogente" indica que a informação é bem embasada ou convincente. A Adequação dos dados corresponde à capacidade informacional e à quantidade de evidências disponíveis que dão suporte a um achado de revisão e a Relevância do achado é avaliada pela aplicabilidade do conjunto de evidências dos estudos primários ao contexto específico (como a perspectiva, população, fenômeno de interesse ou cenário) delimitado pela pergunta de revisão (Lewin *et al.*, 2018a).

Com base nos conceitos dos 4 componentes do *GRADE CERQual* foram elaboradas 9 perguntas de exploração além das 4 perguntas-síntese com questões relacionadas ao nível de preocupação atribuído aos 3 primeiros componentes (Limitações metodológicas, Coerência e Adequação dos dados).

Tabela 2 - Protocolo do *GRADE CERQual*

Componente	Perguntas
Limitações metodológicas	Os métodos de coleta são descritos de modo claro, objetivo e com justificativa pautada em mais de 1 referência de autor? Quais são as técnicas utilizadas para a metodologia? Qual o nível de preocupação de Limitações Metodológicas?
Coerência	O artigo apresentou nos resultados explicações descritivas das hipóteses/problemas de pesquisa? O artigo discorreu em sua revisão de literatura de forma consistente a perspectiva de intersetorialidade? Usou mais de 1 autor? Foi identificada alguma das 3 ameaças à coerência (dados contraditórios, dados ambíguos ou incompletos)? Qual o nível de preocupação de Coerência?
Adequação dos dados	Os dados apresentados no artigo possuem relação direta com o problema de pesquisa ou o autor fornece contexto para o leitor? A quantidade de dados demonstrou-se suficiente para analisar o fenômeno estudado? Qual o nível de preocupação de Adequação de Dados?
Relevância	O artigo faz conexão com qual aspecto de intersetorialidade segundo o framework de WAAGE <i>et al.</i> (2016)? <i>Pergunta de revisão: Os artigos demonstram experiências e/ou levantamentos de pesquisa acerca do fenômeno das políticas públicas intersetoriais que podem ser usadas de benchmarking para a implementação da Agenda 2030 nos governos a nível global?</i>
	<i>Relevância direta</i> Encaixa diretamente com o achado de revisão.

<i>Relevância indireta</i>	"[...] um ou mais aspectos do contexto são substituídos por outros nesses estudos." (NOYES <i>et al.</i> , 2018)
<i>Relevância parcial</i>	"[...] quando uma parte do contexto da pergunta de revisão maior (por exemplo, um subgrupo populacional) é abordada diretamente por um achado de revisão, mas faltam evidências para o contexto completo especificado na pergunta de revisão." (NOYES <i>et al.</i> , 2018)
<i>Relevância incerta</i>	"Não está claro se os dados que embasam o achado são relevantes". (NOYES <i>et al.</i> , 2018)

Fonte: Estrutura de perguntas elaborada pelas autoras adaptadas dos 4 componentes do *GRADE CERQual* por Lewin *et al.* (2018).

A classificação do componente Relevância foi designado conforme a avaliação singular de cada estudo (Noyes *et al.*, 2018) e contou com sistematização própria de avaliação que compreende a pergunta da revisão, o achado de revisão, as dimensões do contexto: o período de recorte da RSL, a localização geográfica do contexto, o fenômeno de interesse e a perspectiva. Por fim, a avaliação final de relevância indica o nível de preocupação conforme a distribuição dos estudos conforme a divisão em Relevância direta, Relevância indireta, Relevância parcial e Relevância incerta. Nesta avaliação é fixada uma pergunta de revisão que vai nortear a análise e validação dos achados de revisão. Para esta pesquisa a pergunta formulada é: “Os artigos demonstram experiências ou levantamentos de pesquisa acerca do fenômeno das políticas públicas intersetoriais que podem ser usadas de benchmarking para a implementação da Agenda 2030 nos governos a nível global?”.

Além do protocolo de avaliação do *GRADE CERQual* e da avaliação de relevância, o modelo ainda prevê ainda mais 2 sistematizações para a avaliação da síntese dos achados de revisão: a tabela-resumo dos achados qualitativos dos 4 componentes de avaliação e a tabela-resumo da avaliação *CERQual* de Confiança), com 4 dimensões de avaliação: Confiança alta, Confiança moderada, Confiança baixa ou Confiança muito baixa (Lewin *et al.*, 2018b).

O gerenciamento de referências dos artigos identificados para a revisão foi feito com o software do *Mendeley Reference Manager* na versão 2.112.0. O gerenciamento dos dados do protocolo de avaliação foi feito com planilha eletrônica de uma tabela contida por 19 colunas, das quais 13 eram as perguntas elaboradas com base nos 4 componentes e 6 colunas com a identificação de cada artigo referente a base de dados de origem (primária), número do estudo, autores, título do artigo (em português e/ou inglês e/ou em espanhol), ano de publicação e país de origem da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

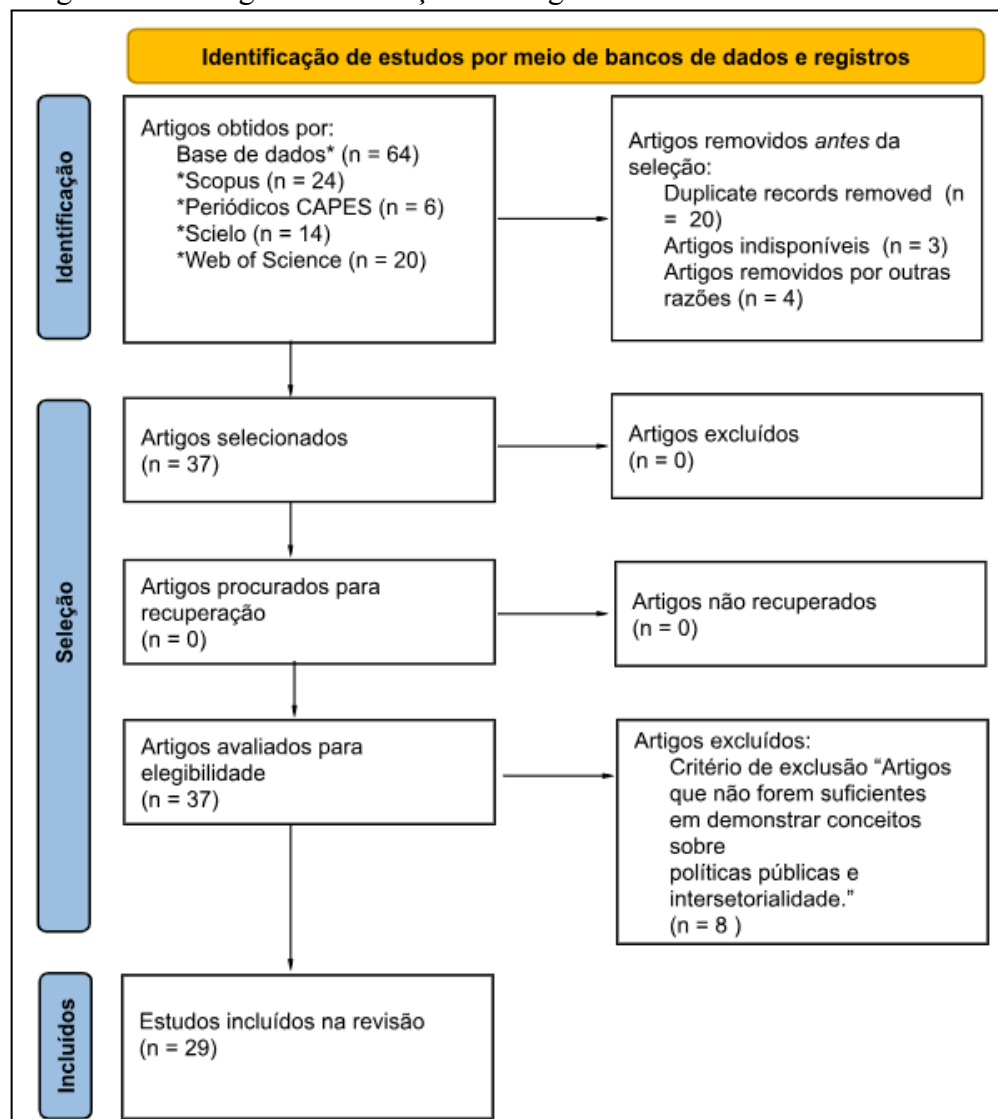
A pesquisa na base de dados inicial obteve 64 artigos nos resultados de busca das 4 bases de dados escolhidas. A primeira filtragem dos artigos ocorreu com a remoção de 20 artigos duplicados. Neste caso, a referência para a verificação de resultados duplicados foi a base de dados Scopus, deste modo, se o artigo estivesse contido na lista de estudos encontrados nesta base de dados, seria desconsiderado nas 3 seguintes na ordem apresentada na tabela a seguir. O mesmo critério foi aplicado para as bases seguintes conforme a ordem de aparição dos artigos. Em seguida, 7 artigos foram excluídos dos resultados, cujos quais 3 estavam indisponíveis para acesso na base de dados e 4 artigos que foram captados com erro pelas bases de dados, visto que eram editoriais ou não estavam disponíveis online.

Dos 37 artigos restantes, 8 foram excluídos por não atenderem ao critério de exclusão “Artigos que não forem suficientes em demonstrar conceitos sobre políticas públicas e

intersectorialidade”. Finalmente, 29 artigos foram incluídos na lista final dos estudos do protocolo de avaliação *GRADE CERQual*.

Este processo de identificação, seleção e inclusão dos artigos para apreciação da RSL está desenhado na figura 2 a partir do modelo PRISMA de fluxograma de revisão sistemática (PAGE *et al.*, 2021).

Figura 2 - Fluxograma de seleção de artigos com base no modelo PRISMA



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Page *et al.* (2021).

Ademais, destaca-se a avaliação de elegibilidade nesta pesquisa feita sob os critérios de exclusão e a leitura analítica dos 37 artigos, a fim de identificar o nível de descrição na revisão de literatura ou nos resultados do conceito de intersectorialidade. Após a análise, os 29 artigos da lista final passaram pelos 14 questionamentos do protocolo de avaliação. Os dados obtidos nesta fase foram utilizados na construção dos 4 achados da revisão. A partir da leitura e a sistematização do protocolo foram identificadas as principais temáticas em políticas públicas analisadas pelos artigos e as tendências que caracterizam os estudos da área.

4.1. Achado de revisão 1

O achado 1 desta revisão demonstra a primeira descoberta quanto aos objetivos de verificação das tendências que permeiam as pesquisas acerca das políticas públicas intersectoriais. A aplicação da intersectorialidade nas políticas públicas, como já discutido por

Inojosa (1998) e Junqueira (2004), é caracterizada pela cooperação entre mais de um organismo e mais de uma pasta temática com o objetivo de implementar programas e projetos de uma política. Todavia, esta mesma caracterização também é atribuída para o conceito de políticas públicas transversais, interdisciplinares ou interseccionais. Deste modo, a revisão acabou por identificar o país de origem do estudo como um atributo importante nos resultados levantados na pesquisa e que revela uma tendência da produção científica: a escolha do termo intersectorialidade é feita com predominância por pesquisadores brasileiros. Dos 29 artigos analisados, 24 tinham origem do Brasil, 1 do Chile, 1 da Colômbia, 1 da Dinamarca, 1 da França e 1 que estudava o fenômeno da intersectorialidade a nível global, mas com pesquisadores da Tailândia. Para fins de verificação de consistência deste achado, realizou-se uma pesquisa preliminar com os termos “*transversal*” e “*public policies*” com recorte entre os anos 2016 e 2023 e a amostra em apenas 1 base de dados foi mais diversa em representação de países do que a soma das 4 bases de dados utilizadas nesta pesquisa.

Por intermédio da avaliação CERQual de Relevância dos estudos para a formulação dos achados é possível visualizar a contribuição dos estudos para cada nuance dos achados. Os estudos com Relevância direta nas dimensões de período, fenômeno de interesse e perspectiva são os 19 estudos brasileiros (1,3,4, 5,6,7,10,11,12,13,14,16,17,18,19,21,22,23,24,25,26,27,28 e 29). Na dimensão local os estudos 2 (Dinamarca), 8 (Global), 9 (Chile) e 15 (Colômbia) são indicados com relevância indireta pois compartilham relevância nas outras dimensões, exceto pelo local, o que acaba por contribuir com o argumento do achado.

4.2. Achado de revisão 2

O achado 2 desta revisão refere-se a um fator de discussão que já havia sido iniciado na fase de revisão de literatura da pesquisa e que foi reafirmado por meio dos resultados obtidos nesta análise. Dos 29 artigos incluídos na revisão, 18 deles possuem o foco de pesquisa em políticas públicas intersectoriais com a temática de saúde no centro. A concentração de estudos nessa temática é significativa e trata de temas como saúde pública, primeira infância, cidades saudáveis e ações de saúde pública nas escolas. O uso do termo intersectorialidade com protagonismo nas pesquisas da área de saúde e assistência social já havia sido citado por Marcondes *et al.* (2018).

Os estudos com Relevância direta nas dimensões de período, local, fenômeno de interesse e perspectiva são os 18 estudos (2,3,5,6,7,8,9,14,17,18,20,22,23,24,25,27,28 e 29), visto que confirmam a presença quantitativa da temática de saúde.

4.3. Achado de revisão 3

O achado 3 abrange a capacidade dos estudos de fornecer esclarecimentos acerca do processo de formulação, planejamento e implementação das políticas públicas intersectoriais. O estudo de caso em conjunto com metodologias de pesquisa documental e coleta de informações por meio de entrevista compreende um nível de abordagem de pesquisa qualitativa com mais camadas de análise e complexidade de resultados, contribuindo para o avanço nesta área de pesquisa. Ademais, alguns estudos selecionados demonstram contribuições muito significativas em decorrência da coleta de dados com profissionais nos níveis estratégicos, táticos e/ou operacionais na implementação de programas.

O estudo de Kroth *et al.* (2023) analisou a intersectorialidade no Programa Saúde na Escola (PSE) em uma Regional de Saúde com 25 municípios no estado de Santa Catarina, Brasil. A coleta de dados foi por meio de 91 entrevistas, dentre as quais, incluíam o Secretário de Saúde, o Secretário(a) de Educação, profissionais de saúde vinculados a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e diretor, coordenador ou professor de escola. Neste estudo foi criado um Indicador de Gestão Intersectorial (IGI), a fim de avaliar dimensões políticas, institucionais

e administrativas do programa. Esta contribuição de pesquisa apresenta potencialidade de uso por outros estudos ou como ferramenta de avaliação de políticas públicas pelo poder público.

Outro estudo com contribuições contundentes identificado foi o de Lotta *et al.* (2022), que explora o impacto da formação intersetorial para Agentes Comunitários de Saúde de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS no programa “São Paulo Carinhosa”, na cidade de São Paulo (SP), Brasil. Os resultados do levantamento da pesquisa com 66 entrevistados demonstraram um impacto positivo no comportamento de trabalho dos Agentes em decorrência da formação e também da estrutura de governança do comitê gestor do programa. Desse modo, o estudo demonstrou a capacidade de articulação para promoção de políticas públicas intersetoriais que focam na capacitação de todos os níveis de agentes de implementação das políticas.

Os estudos com Relevância direta nas dimensões de período, local, fenômeno de interesse e perspectiva são os estudos 11,12,18,23,25 e 28, haja vista suas contribuições para a área de pesquisa e para o achado de revisão.

4.4. Achado de revisão 4

O achado 4 diz respeito à falta de representatividade de estudos com a temática de políticas ambientais no centro de casos ou pesquisas acerca das políticas públicas intersetoriais no levantamento de artigos. Dos 29 artigos selecionados para a revisão, apenas 3 deles incluem políticas de preservação ambiental. Os estudos convergem na exploração de agendas e oportunidades que a dinâmica das políticas públicas intersetoriais oferece para a promoção de programas e projetos que concentram seu foco de resolução em políticas ambientais.

Os estudos são: “As Interconexões entre Meio Ambiente e Saúde em Áreas Transfronteiriças: Contribuições para Políticas Públicas” de Krüger *et al.* (2022) - estudo 14 -, “*Biodiversity targets, SDGs and health: A new turn after the coronavirus pandemic?*” por Lajaunie e Morand (2021) - estudo 8 - e “O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental” por de Andrade e Franceschini (2017) - estudo 22.

No que tange ao estabelecimento de ligações com a Agenda 2030, os estudos de Lajaunie e Morand (2021) e de Andrade e Franceschini (2017) chegam a citar o marco e até mesmo estabelecer algumas ligações. Lajaunie e Morand (2021) discutem como os ODS podem ser utilizados como plataformas de alavancagem de objetivos mais integrativos que compreendam saúde, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. No estudo, os autores chegam a discutir a ligação existente entre biodiversidade e saúde humana citada em uma discussão de grupo de trabalho dos ODS em 2014, na Organização das Nações Unidas (Laujanie; Morand, 2021, p. 5).

Deste modo, observa-se que além da necessidade visível de mais contribuições para esta linha de pesquisa, existe potencial para a análise de diversos entendimentos a fim de contribuir com a implementação da Agenda 2030.

Os estudos com Relevância direta nas dimensões de período, local, fenômeno de interesse e perspectiva são os estudos 8,14 e 22, em decorrência das contribuições para a área de pesquisa e para o achado de revisão.

4.5. Tabela-resumo dos achados

A partir das análises do protocolo de avaliação e avaliação individual de Relevância do modelo, foi possível sintetizar em uma tabela-resumo os achados de revisão e as avaliações correspondentes. A tabela a seguir apresenta a síntese dos achados e modo que fique fácil de visualizar os níveis de preocupação que foram designados, em média, aos estudos que contribuíram para cada um dos 4 achados da revisão. No caso desta revisão, os artigos

demonstram em sua maioria o menor nível, logo, demonstram que há uma certa coerência nos artigos incluídos em relação à pergunta de revisão.

Tabela 3 - Tabela-resumo dos achados de revisão

Resumo do achado de revisão	Estudos de contribuição	Limitações metodológicas	Coerência	Adequação dos dados	Relevância
Achado 1 O uso do termo intersectorialidade para caracterizar um modelo de cooperação de planejamento e implementação de política pública tem predominância em estudos com autores da América do Sul, especialmente do Brasil.	1,3,4, 5,6,7,9,10, 11,12,13,14, 15,16,17,18,19,21,22, 23,24,25,26,27,28,29	1. Nenhuma preocupação es muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	Relevância direta e indireta
Achado 2 As principais tendências temáticas dos estudos encontrados são em políticas públicas intersectoriais em saúde.	2,3,5,6,7,8, 9,14, 17,18,20,22,23,24,25, 27,28,29	2. Preocupações menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	Relevância direta
Achado 3 Os trabalhos que analisam casos de implementação de programas e projetos contribuem com resultados que exploram a avaliação interna da atuação de agentes de políticas públicas de diversos níveis - dos formuladores aos aplicadores.	11,12,18,23, 25,28	1. Nenhuma preocupação es muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	Relevância direta
Achado 4 Os estudos encontrados demonstram a necessidade de mais pesquisas em políticas públicas intersectoriais que incluam a temática ambiental. O recorte da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas tem ainda muito a ser explorado em estudos interdisciplinares.	8, 14, 22	1. Nenhuma preocupação es muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	1. Nenhuma ou preocupações muito menores	Relevância direta

Fonte: elaborada pelas autoras com base na tabela de Lewin *et al.* (2018a).

4.6. Avaliação CERQual de Confiança

Posteriormente a esta etapa, os achados passam pela última avaliação contida no GRADE CERQual: a Avaliação de Confiança. Conforme descrito no capítulo de metodologia, a avaliação é atribuída em 4 dimensões conforme os resultados dos níveis de preocupação dos 4 componentes do protocolo. A avaliação dos achados e dos estudos foi satisfatória, com avaliação de Confiança alta para todos, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Resumo da Avaliação CERQual de Confiança

Resumo do achado de revisão	Estudos de contribuição	Avaliação CERQual de Confiança	Explicação da Avaliação
-----------------------------	-------------------------	--------------------------------	-------------------------

Achado 1	O uso do termo <i>intersectorialidade</i> para caracterizar um modelo de cooperação de planejamento e implementação de política pública tem predominância em estudos com autores da América do Sul, especialmente do Brasil.	1,3,4, 5,6,7,9,10,11,12, 13,14,15,18,19,2 1,22,23,24,25,26, 27,28,29	<i>Confiança alta</i>	Nenhuma ou preocupações muito menores em relação às limitações metodológicas, coerência, adequação dos dados e relevância.
Achado 2	Achado 2: As principais tendências temáticas dos estudos encontrados são em políticas públicas intersetoriais em saúde	2,3,5,6,7,8,9,14,1 8,20,23,24,25,27, 28,29	<i>Confiança alta</i>	Nenhuma ou preocupações muito menores em relação às limitações metodológicas, coerência, adequação dos dados e relevância.
Achado 3	Os trabalhos que analisam casos de implementação de programas e projetos contribuem com resultados que exploram a avaliação interna da atuação de agentes de políticas públicas de diversos níveis - dos formuladores aos aplicadores.	11,12,18,23,25,2 8	<i>Confiança alta</i>	Nenhuma ou preocupações muito menores em relação à limitações metodológicas, coerência, adequação dos dados e relevância.
Achado 4	Os estudos encontrados demonstram a necessidade de mais pesquisas em políticas públicas intersetoriais que incluam a temática ambiental. O recorte da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas tem ainda muito a ser explorado em estudos interdisciplinares.	8, 14, 22	<i>Confiança alta</i>	Nenhuma ou preocupações muito menores em relação à limitações metodológicas, coerência, adequação dos dados e relevância.

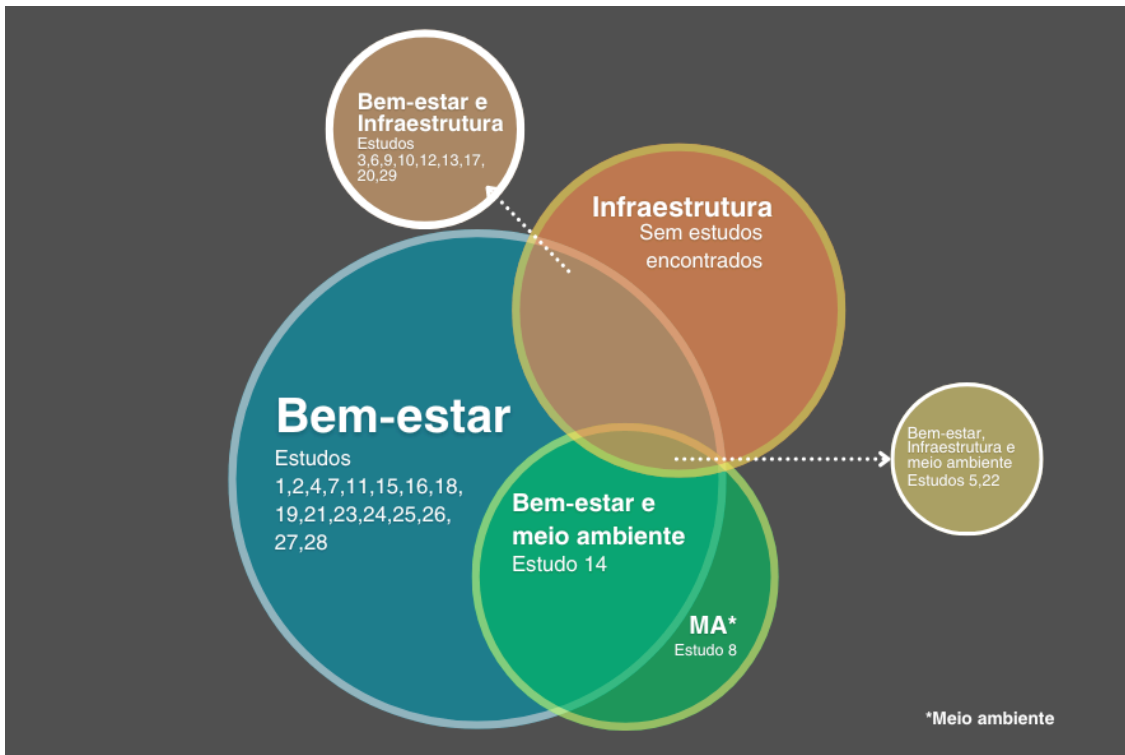
Fonte: elaborada pelas autoras com base na tabela de Lewin *et al.* (2018b).

4.7. Categorização dos estudos segundo o framework de Waage *et al.* (2015)

Em vista da pergunta de revisão, da delimitação dos achados de revisão e dos poucos exemplares de artigos que citavam a Agenda 2030 como referência, variável de análise ou mesmo caminho de resultados, percebeu-se a necessidade de identificar e categorizar os artigos de acordo com seus potenciais de contribuição para a implementação de programas e projetos de políticas públicas intersetoriais com foco no atingimento dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O framework de Waage *et al.* (2015), apresentado na revisão de literatura, foi utilizado para categorizar os estudos em áreas de concentração temática. O modelo foi construído a fim de examinar as interações entre os ODS, e é dividido em 3 camadas de concentração: bem-estar, infraestrutura e meio ambiente. A camada de bem-estar engloba objetivos de saúde, alimentação, energia, água e outros itens de subsistência e manutenção da vida plena, por meio dos ODS 1,3,4,5,10,16. A camada de infraestrutura compreende as necessidades para promover os objetivos de bem-estar, contendo os ODS 2,6,7,8,9 e 12. Por fim, a camada de meio ambiente refere-se aos objetivos 13,14 e 15, que tratam do gerenciamento de recursos naturais (Waage *et al.*, 2015).

Figura 3 - Categorização dos estudos da revisão com base nas camadas do framework de Waage *et al.* (2015)



Fonte: elaborada pelas autoras com base no framework de Waage *et al.* (2015)

Portanto, foi realizada a atribuição de 1 ou mais categorias das descritas no framework para cada um dos 29 artigos em conformidade com a leitura e análise dos textos. O resultado da categorização foi sintetizado na figura acima: 16 estudos na camada de bem-estar; 9 estudos na intersecção de bem-estar e infraestrutura; 2 estudos na intersecção de bem-estar, infraestrutura e meio ambiente; 1 estudo na intersecção de bem-estar e meio ambiente; 1 estudo na camada de meio ambiente e nenhum estudo categorizado na camada de infraestrutura. Por meio do recorte transposto para a análise deste estudo, a identificação de lacunas e tendências dos achados de revisão são esclarecidos, especialmente na camada de meio ambiente e suas intersecções.

5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa, desde o seu preâmbulo, dedicou-se a explorar o tema da intersetorialidade a fim de descobrir as oportunidades, desafios e lacunas das políticas públicas baseadas na colaboração de setores, órgãos, estado e sociedade civil.

De acordo com os achados desta revisão de estudos qualitativos, infere-se que as pesquisas acerca das políticas públicas intersetoriais são caracterizadas pela produção e uso deste termo majoritariamente na América do Sul, com destaque para o Brasil, além da concentração em estudos de políticas de saúde, geralmente em conjunto com políticas de assistência social e educação, compartilhando assim variáveis como primeira infância, bem-estar, saúde pública e ações de saúde nas escolas. Ademais, alguns estudos se destacam pela análise descritiva dos relatos de profissionais em vários níveis na implementação dos programas e também na contribuição para a etapa de avaliação das políticas públicas intersetoriais.

A pesquisa, por ser inteiramente de abordagem qualitativa, contou com limitações metodológicas dos protocolos de avaliação e análise de dados no que esteja relacionado ao uso de instrumentos de avaliação de cunho estatístico. Deste modo, as análises fixaram-se nos modelos de protocolo de avaliação do *GRADE CERQual*.

Para trabalhos futuros, a indicação é, conforme um dos achados de revisão, que haja maior exploração no que se refere às políticas públicas intersetoriais com foco em políticas de preservação ambiental, visto que a temática ambiental permeia de forma direta ou o contexto do atingimento de alguns dos ODS. Em conjunto indica-se também a realização de trabalhos de políticas públicas baseadas em esforços do cumprimento dos objetivos da Agenda 2030, a julgar pelos estudos encontrados, existem muitos programas e projetos que estão em busca de atender compromissos parecidos com os ODS, mas que ainda não firmaram vínculo institucional com a iniciativa global.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COCHRANE DATABASE OF SYSTEMATIC REVIEWS (CDSR). John Wiley & Sons, Inc.; 2022; Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/about-cdsr>. Acesso em: 05 un. 2023.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUANILO, Mónica Cecilia De la Torre Ugarte; TAKAHASHI, Renata Ferreira e BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/65bdb65f-b815-45c2-8b4f-235ab0e9c08d/TAKAHASHI%2C%20R%20F%20doc%2032.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 2, p. 35 a 48, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7698>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização, intersetorialidade e rede na gestão da cidade. **Organizações & Sociedade**, ed.11. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9110009>. Acesso em: 5 jun. de 2023.
- KROTH, D. C.; KRINDGES, A.; GEREMIA, C. A implementação da intersetorialidade no programa saúde nas escolas: uma análise em governos locais. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, v.16(2), 2023, p. 25-40. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i2.7309>. Acesso em: 5 jun. de 2023.
- KRÜGER, C.; DANTAS, M.K.; PASCHOALOTTO, M.A.C; DA SILVA BATALHÃO, A.C.; PASSADOR, C.S.; CALDANA, A.C.F. Environment and health interconnections in border areas: contributions to public policies. **Ambiente e Sociedade**, v. 25, 2022. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85147018071&doi=10.1590%2f1809-4422ASOC20200164R1VU2022L4AO&partnerID=40&md5=ae89987d3b2e9786b8f5ae69498480fe>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- LAJAUNIE, Claire; MORAND, Serge. Biodiversity targets, SDGs and health: A new turn after the coronavirus pandemic? **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 8, art. 4353, 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85104697582&doi=10.3390%2fsu13084353&partnerID=40&md5=2eb756d55e737dd3e096a24a33403a89>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- LEWIN, S. *et al.* Applying GRADE-CERQual to qualitative evidence synthesis findings: introduction to the series. **Implementation Sci**, v. 13, p. 1-10, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13012-017-0688-3>. Acesso em: 11 out. 2023.
- LEWIN, S. *et al.* Applying GRADE-CERQual to qualitative evidence synthesis findings—paper 2: how to make an overall CERQual assessment of confidence and create a Summary of Qualitative Findings table. **Implementation Sci**, v.13 (1), 2018b, p.10. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13012-017-0689-2>. Acesso em: 1 abr. 2024.

LOTTA, G; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245704>. Acesso em: 11 out. 2023.

LOTTA, G.; PIRES, Douglas Nier Oliveira; BARTOS, M. S.H.; GONÇALVES, R. C.; CHIESA, A.M.; HADDAD, A. E. São Paulo Carinhosa: formação intersetorial dos Agentes Comunitários de Saúde. **Revista Brasileira de Avaliação**, v.11(1), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202211008>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MARCONDES, M. M.; SANDIM, T. L.; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], p. 22–33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5289>. Acesso em: 11 out. 2023.

MUNHOZ, L; MOREIRA, L.M.Y.A; ARITA, E.S.; COSTA, C; FREITAS, D.A.; TRACERA, G.M.P. *et al.* Coordenação: BANDEIRA, A.M.B. *E-book. Guia prático: revisão sistemática da ideia a publicação.* São Paulo: FOU SP; 2021. Disponível em: <http://repositorio.fo.usp.br:8013/jspui/handle/fousp/121>. Acesso em: 5 jun. 2023.

NOYES, S. *et al.* Applying GRADE-CERQual to qualitative evidence synthesis findings—paper 6: how to assess relevance of the data. **Implementation Sci.** v. 13, p. 51-61, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13012-017-0693-6>. Acesso em 11 out. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Tradução: UNIC Rio. Brasil: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, p. n71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SANTOS, C. M. da C.; PIMENTA, C. A. de M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007. DOI: 10.1590/S0104-11692007000300023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2463>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SOUZA, M. S. E.; MACHADO, C. V. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23(10), 2018, p. 3189–3200. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.14112018>. Acesso em: 1 abr. 2024.

TOMA, Tereza; BARRETO, Jorge; LEWIN, Simon. **GRADE-CERQual: uma abordagem para avaliar a confiança nos resultados de sínteses de evidências qualitativas.** Tradução: Kássia Fernandes de Carvalho. São Paulo: Instituto de Saúde, 2019. 220 p.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

UN Environment. **Global Environment Outlook – GEO-6: Summary for Policymakers.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 24 p. Disponível em: https://www.unenvironment.org/resources/assessment/geo-6-summary-policymakers?_ga=2.78529940.1000755553.1710524387-1228908898.1710272018. Acesso em: 11 out. 2023

WAAGE, Jef; YAP, Christopher; BELL, Sarah; LEVY Caren, Georgina MACE, PEGRAM, Tom; UNTERHALTER, Elaine; DASANDI, Niheer; HUDSON, David; KOCK, Richard; MAYHEW, Susannah; MARX, Colin; POOLE, Nigel. Governing the UN Sustainable Development Goals: interactions, infrastructures, and institutions. **The Lancet Global Health**, v. 3, n. 5, p. e251-e252, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(15\)70112-9](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(15)70112-9). Acesso em: 11 out. 2023.